

**ATA DA 39ª REUNIÃO DA
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS,
REALIZADA EM BRASÍLIA/DF**

DATA: 13/11/2002

Início: 9:50 hs

Término: 18:00 hs

PARTICIPANTES:

Ministério do Meio Ambiente: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)

Ministério da Justiça: Hugo Suarez (hugosuarez@mj.gov.br)

Ministério da Integração Nacional: Fernando M. Cabral de Vasconcellos Filho
(fernando.cabral@integracao.gov.br)

Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República: Gervásio Cardoso de Oliveira Filho (gervasio@ipea.gov.br)

Agência Nacional de Águas: Jair Sarmento da Silva (jairsarmento@ana.gov.br)

Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Sudeste: (ausência justificada)

Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Nordeste: (ausência justificada)

Prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário: (ausência)

Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: (ausência justificada)

Indústrias: Maria Cristina Yuan (crisyuan@ibs.org.br)

Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Leila Pereira dos Passos
(lppassos@algar.com.br)

Comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas: Carlos Eduardo Nascimento Alencastre (comitepardo@recursoshidricos.sp.gov.br)

Organizações não governamentais: (ausência justificada)

CONVIDADOS:

Célia Cristina Moura Pimenta – ANA (celiacristina@ana.gov.br)

Dalvacir Evaristo Cruz Cunha Reis – ANA (dalvacireis@ana.gov.br)

Danielle Barbosa Mancin – MINT (danielle.mancin@integracao.gov.br)

Guilherme Eduardo Quintas – MCT (geduardo@mct.gov.br)

Hidely Grassi Rizzo – ANA (hidely@ana.gov.br)

Jorge Thierry Calasans – ANA (thierry@ana.gov.br)

Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas – CBHIPOM (vargasma@zaz.com.br)

Patrícia Helena Gambogi Boson – IBRAM (tita@net.em.com.br)

Rodrigo Pereira de Mello – ANA (procuradoria@ana.gov.br)

Sanderson Alberto Medeiros Leitão – MCT (samleitao@mct.gov.br)

RELATORES:

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

Wilson de Azevedo Filho (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às nove horas e cinquenta minutos do dia onze de novembro de 2002, o Dr. Julio Thadeu, Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL, iniciou a 39ª Reunião. Deu boas vindas a todos e, reportando-se à pauta da reunião (**Anexo I**), prestou esclarecimentos sobre o item 2. Disse que o Regimento Interno previa que, após a publicação de decreto de criação de comitês, a respectiva Diretoria Provisória deveria ser designada no prazo de trinta dias. Com relação ao CBH do Rio Paranaíba, objeto de pauta, disse que o Dr. Marcos Pestana, Secretário Executivo do MMA, teria inicialmente sido indicado como Presidente, mas se desligara da função logo em seguida, não tendo assumido o mandato. Citou também ofício encaminhado pela ANA solicitando a prorrogação do prazo para designação da Diretoria Provisória do comitê (**Anexo II**). Em face do exposto, propôs que a CTIL encaminhasse proposta de resolução para prorrogar, excepcionalmente, o prazo para designação da Diretoria Provisória do comitê. Para complementação do exposto, passou a palavra ao Dr. Jair. O Dr. Jair citou os principais motivos que levaram a ANA a encaminhar a solicitação: a dimensão dos comitês atualmente em implantação pela ANA, seguida pela redução dos recursos da União destinados a mesma, além do período de transição de governo que se iniciará em breve; concluindo, destacou a dificuldade atual para a sustentabilidade financeira do processo de implantação do comitê; opinou que seria mais prudente a extensão do prazo para março de 2003. O Dr. Julio Thadeu precisou se ausentar e o Dr. Wilson o substituiu. Foi questionado, pela Dra. Cristina Yuan, como ficaria a questão da mudança dos nomes designados para Diretoria Provisória. O Dr. Jair disse entender que os cargos teriam sido designados para as instituições. Após debates, ficou decidido o

encaminhamento à Plenária do CNRH de proposta de resolução, com parecer favorável da CTIL, visando a prorrogação do prazo de designação da Diretoria Provisória do CBH do Rio Paranaíba até a data de 31 de março de 2003 (**Anexo III**). O Dr. Wilson passou então ao próximo item da pauta: análise da solicitação do CEIVAP para criação da Agência de Água (**Anexo IV**). O Dr. Jair informou que a CONJUR/MMA deveria encaminhar, ainda na manhã, seu parecer sobre o assunto; disse ainda que o parecer seria favorável ao proposto pelo Comitê. O Dr. Cabral questionou se estaria em discussão a aprovação da criação da Agência de Água da bacia ou a criação de uma associação com as atribuições características de uma agência. O Dr. Jair esclareceu que a associação já existia, conforme Deliberação nº 12, do CEIVAP (**Anexo V**); ponderou que a discussão deveria se balizar no que foi solicitado pelo CEIVAP na referida Deliberação. Neste momento, foi entregue o parecer da CONJUR sobre a questão (**Anexo VI**); foi proposta pausa de quinze minutos para que todos lessem o documento. O Dr. Julio Thadeu retornou. A reunião foi retomada e o Dr. Julio Thadeu solicitou comentários. O Dr. Rodrigo ressaltou que o ato do CNRH deveria importar na autorização para criação da Agência do CEIVAP, conforme corroborado pelos pareceres da ANA e da CONJUR. O Dr. Hugo disse concordar com as conclusões dos dois pareceres, mas ressaltou que o artigo 53, da Lei nº 9.433, de 1997, não havia sido totalmente adimplido; isso, no entanto, não impedia a criação de agências de água, desde que obedecidas as normas gerais previstas no Capítulo IV da referida Lei. O Dr. Julio Thadeu sugeriu que ficasse ressaltado no encaminhamento da questão, e não no texto da resolução, que após a referida lei a Agência deveria se adaptar. A Dra. Leila disse que sentia falta de um contrato de gestão entre a ANA e a Associação proposta pela Deliberação nº 12, do CEIVAP; salientou que estaria sendo criado um precedente para que uma associação recolhesse e gerisse dinheiro público; questionou como os respectivos administradores poderiam ser punidos em caso de má gestão do dinheiro. O Dr. Rodrigo, referindo-se aos assuntos levantados, esclareceu que seria comum o estabelecimento de obrigações de fazer, como ocorreria no artigo 53 supracitado; entretanto, ressaltou a importância do arcabouço jurídico que permitiria a criação de agências de água. Disse também que o PL nº 1.616, de 1999, estabeleceria, para as agências, a forma jurídica de fundação; referiu-se também aos artigos 70 e 71, da Constituição, que estabeleceriam que a improbidade poderia ser aplicada a todo aquele que administrar recursos. Lembrou que o poder público mantém diversos convênios de repasse de recursos. Concluiu opinando que o processo encaminhado pelo CEIVAP teria perfeita legalidade, não existindo nenhum óbice à criação da Agência. O Dr. Cabral indicou que o parecer da CONJUR estaria apoiando o parecer da ANA; desse modo, concluiu, não teria dúvidas de que a CTIL deveria encaminhar o assunto ao CNRH, com parecer favorável. Questionou o Dr. Rodrigo com relação à adaptação das agências de água então criadas à futura lei que deverá reger o assunto. O Dr. Rodrigo respondeu positivamente, desde que o disposto na lei solicite adaptações das agências já criadas. O Dr. Julio Thadeu questionou a conveniência de se estabelecer, na resolução, prazos para adaptações após a vigência da lei sobre o assunto. O Dr. Rodrigo disse que a própria lei deveria estabelecer estes prazos. A Dra. Cristina Yuan disse entender que o CNRH aprovaria a criação da agência; desta forma, questionou qual seria o passo seguinte para que a associação assumisse as funções de agência. O Dr. Rodrigo ressaltou que, assim como o CEIVAP e a CONJUR, também estaria entendendo que o CNRH aprovaria a criação da agência; complementou que o CEIVAP praticaria o ato requerido *a posteriori*, corroborado pela junção da autorização do ato de criação da agência, pelo CNRH, com a Deliberação nº 12, do CEIVAP. O Dr. Wilson questionou em que momento a associação assumiria a posição de agência. O Dr. Rodrigo disse que seriam dois momentos separados: um do CNRH, em questão nesse momento, e outro do CEIVAP, que já teria sido praticado anteriormente conforme a referida Deliberação. O Dr. Wilson questionou a existência do contrato de gestão entre as partes envolvidas. O Dr. Rodrigo salientou a importância da participação do CNRH na modelagem desse contrato de gestão. O Dr. Julio Thadeu observou que, como caberia ao CNRH autorizar a criação de agências de água, e todos os pareceres se preocuparam com isso, a respectiva resolução deveria ser direta e autorizar o CEIVAP a fazê-lo. Disse ainda que os dois requisitos solicitados pela Lei nº 9.433, de 1997, a garantia da sustentabilidade financeira e a existência do comitê, já estariam atendidos. Desta forma, disse que se estaria caminhando para a autorização da criação da agência, faltando a decisão de se citar ou não a Deliberação nº 12 no corpo da resolução. O Dr. Jair foi favorável a citação da Deliberação. O Dr. Hugo opinou que deveria haver a vinculação da criação da agência à associação específica. A Dra. Patrícia ressaltou que teria sido solicitado anteriormente que o CEIVAP definisse a forma jurídica da instituição que assumiria as funções de agência; questionou porque, nesse

momento, não estaria ocorrendo o mesmo; solicitou que fosse citada a falta do contrato de gestão. Após debates, ficou definido o encaminhamento ao CNRH, com parecer favorável da CTIL, de proposta de resolução autorizando a criação da Agência de Água do CEIVAP, vinculada ao exposto pela Deliberação nº 12, do CEIVAP. Desta forma, partiu-se para elaboração do texto da proposta de resolução assim como do encaminhamento à Plenária (**Anexo VII**). Às 13:20 horas, foi proposta pausa para almoço. O retorno ocorreu às 15:00 horas, com a abordagem do item 4 da pauta: revisão do Regimento Interno do CNRH. A versão gerada encontra-se em anexo (**Anexo VIII**). Em assuntos gerais, o Dr. Julio Thadeu abordou a proposta de realização de Seminário objetivando a ampliação dos debates sobre a Resolução nº 5, do CNRH. Disse que o público alvo seriam os comitês, os conselhos estaduais e os órgãos estaduais de recursos hídricos e explicou a metodologia pretendida: palestras de representantes dos órgãos e segmentos citados, seguidas de debates. Lembrou que o Seminário se constituiria na 40ª reunião da CTIL e que, na reunião imediatamente posterior, seriam discutidos os principais aspectos abordados durante o evento. Ficou acertada a data de 10 de dezembro para realização do Seminário e solicitado à Secretaria Executiva que desse início aos procedimentos necessários. Às 18:00 horas, o Dr. Julio Thadeu agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Ata aprovada na 42ª reunião da CTIL, realizada em 29 de janeiro de 2003.

JULIO THADEU S. KETTELHUT
Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO
WILSON DE AZEVEDO FILHO
Relatores